

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Seminário ALESC Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina

LUÍS EDUARDO SOUTO

Promotor de Justiça

Coordenador-Geral do Centro de Apoio

Operacional do Meio Ambiente MP/SC

CATÁSTROFES EM SANTA CATARINA - OUT/NOV 2008

Trinta e dois mil desalojados e desabrigados, cento e trinta e cinco óbitos e milhões de reais em prejuízos materiais envolvendo dezesseis municípios catarinenses foi o resultado das enchentes ocorridas em novembro e dezembro de 2008, segundo dados da defesa civil.

No mês de abril do corrente ano, Defesa Civil registra cinquenta e três Municípios atualmente em situação de emergência por causa da falta de água.

Falta de água gera centenas de demissões na agroindústria catarinense em 2009.



Imagem: Geol. Juarez Aumond –
Balneário Camboriú – Novembro 2008

Registro de 700 mm de chuva em 3 dias – o equivalente a 4 meses
Volume sem registro histórico na região – hipótese de evento relacionado com as
mudanças climáticas

Alterações Climáticas e seus Impactos

Estiagens: Falta de água nos centros urbanos e zona rural (oeste/extremo-oeste), prejuízos socioeconômicos

Enxurradas: Enchentes, deslizamentos, prejuízos socioeconômicos (Vale do Itajaí, Litoral)



Agricultor caminha em lago secando em consequencia da estiagem prolongada na região oeste do estado.

(Foto: Roberto Scola/ Diário Catarinense/ClickRBS)



Furacão Catarina deixou mais de 30 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas em 2004

Foto:Ulisses Job, março/20004

Fonte: www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/defa...



“Cidade de Ilhota foi a que registrou o maior número de morte por causa das chuvas. Foram 15, de acordo com a Defesa Civil”

Fonte:www.abril.com.br/fotos/chuva-santa-catarina/

Remover frame <http://www.abril.com.br/fotos/chuva-santa-catarina/>

Legislação ambiental

Meio Ambiente (art. 225 CF/88): Natural, Artificial e Cultural

Cidade (Lei 10.257/01): Integração e complementaridade entre as atividades urbana e rural, tendo em vista o seu desenvolvimento sócio-econômico

Áreas de Risco Urbanas (por definição legislativa)

Lei 6.766/79 (art. 3º e 4º) Proíbe o parcelamento do solo quando houver:

Áreas alagadiças e sujeitas à inundação;

Declividade superior a 30°;

Ao longo das águas correntes e dormentes (15m, salvo maiores exigências);



Rio Itajaí Açu - Município de Ilhota

Fonte: sambaquinarede.blogspot.com/2009_04_01_archiv...



Ilhota (SC) – Vista aérea do Morro do Baú, em Ilhota-SC.
Foto: Wilson Dias/Abr
Fonte: www.ecodebate.com.br/.../page/2/

Conflitos Legislativos

Áreas Protegidas

(meio urbano e rural)

CF e Normas Gerais Federais

X

Autonomia legislativa dos Estados
(Peculiaridades Locais)

Código Florestal (art. 2º)

X

Código Ambiental Estadual (art. 114)

X

Planos Diretores Municipais

Conflitos Legislativos

Matas ciliares : restrições legislativas

Código Florestal

recuo a partir de 30m (art. 2º Lei 4.771/65)

X

Código Ambiental Estadual

recuo de 5m ou 10m (art. 114 da Lei 14.675/09)
definidos pela Epagri, e proibição de supressão
da vegetação remanescente

Lei do Parcelamento do Solo

recuo de 15 m (Lei 6.766/79): função sanitária e
de segurança

Matas Ciliares

Funções Ambientais

Receptar e conter os sedimentos de toda a bacia

Flutuação dos níveis d'água

Retenção de Água na micro-bacia

Estabilidade das bordas do corpo d'água

Migrações Laterais dos canais

Proteger a biodiversidade



Blumenau, 2003 – Rua Progresso – Deslizamento em Aterro

Foto: J.J. Aumond

Matas Ciliares

Funções Urbanas

Utilitárias (abastecimento, higiene, alimentação, circulação, defesa, recreação, energia, recepção efluentes)

Econômicos (implantação, manutenção, uso)

Sociológicos (encontro social, eventos festivos)

Topoceptivos (identificabilidade, orientabilidade)

Estéticos (beleza cênica)

Bioclimático

Afetivo

Fonte: Prof. Sandra Soares de Mello (PPG-FAU/UnB)

Matas Ciliares:

São áreas Intangíveis? Sim, exceto nos casos excepcionais de utilidade pública, interesse social, baixo impacto (Res. 369 CONAMA), exs.:

Utilidade Pública: serviços públicos transporte, saneamento e energia, mineração, área verde pública

Interesse Social: manejo agroflorestal, regularização fundiária sustentável,

Baixo Impacto: trilhas, ciclovias, equipamentos de segurança, laser e esporte, ..

Encostas de Morro

intervenção antrópica

X

catástrofes

Estudos EPAGRI no Vale do Itajaí= 80% dos desastres de 2009 possuem correlação com a intervenção do homem na natureza

encostas com declividade superior a 45°

(Código Florestal, art. 2º, a, “e”)

X

“?”

(Código Estadual)



Blumenau (SC) – Casas no bairro Progresso.

Foto: Wilson Dias/ABr

Fonte: www.ecodebate.com.br/.../page/2/

Crise Ambiental:

Menos Valia Ambiental e Social (individualismo)

Ausência de Compreensão Legislativa

Por consequência:

Ausência de Planejamento Urbanístico

Ausência de Poder de Polícia

Porque a fixação de padrões gerais mínimos?

Modelo utilitarista, de produção e consumo insustentável

Crescimento Populacional sem um correto planejamento familiar

Expansão Urbana Desordenada
(ocupação dos espaços proibidos)

Mudanças Climáticas

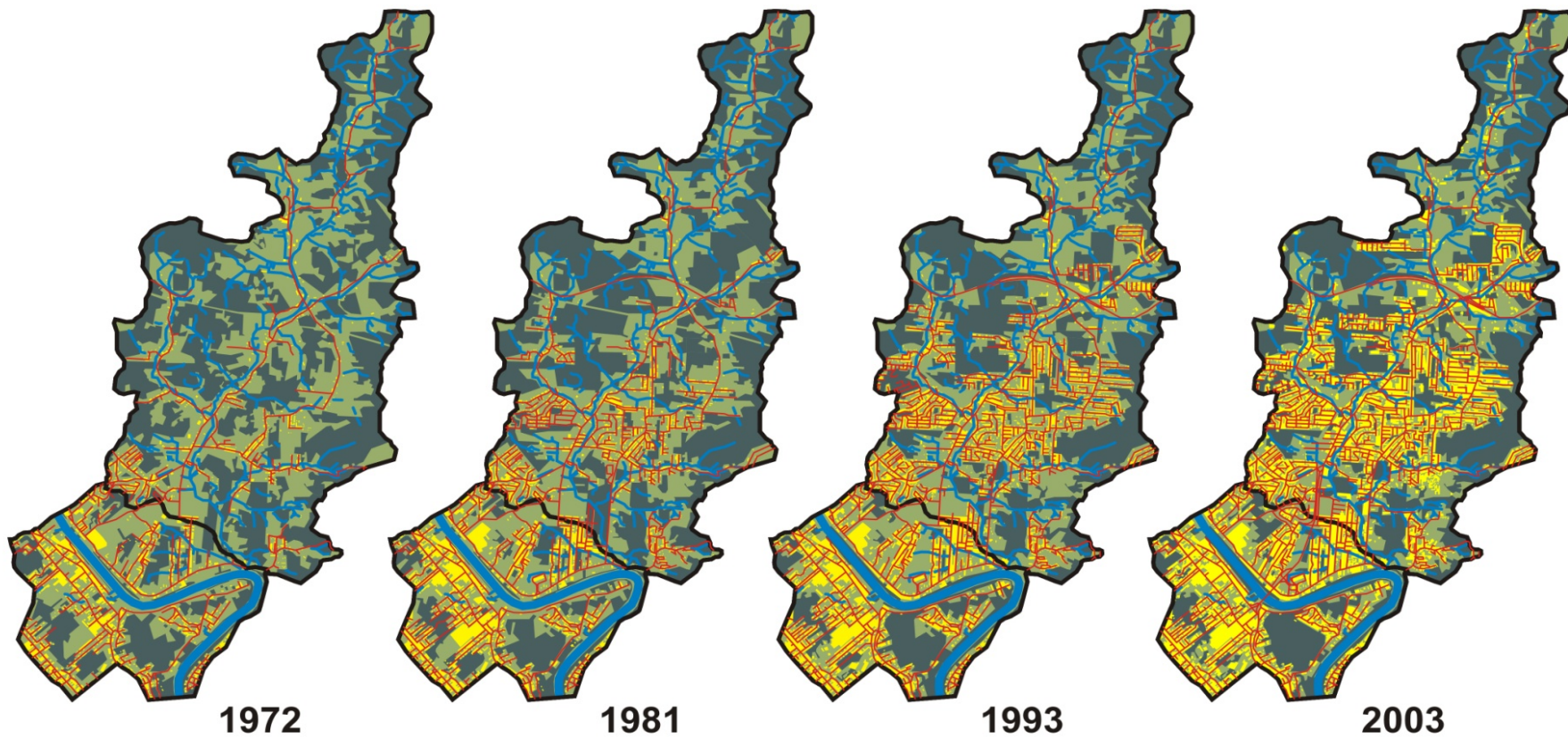
Alternativas ao Desenvolvimento Sustentável e seguro das Atividades Humanas

Planejamento Urbano – Estatuto das Cidades e resoluções Conama (303/01 , 369/06)

Ocupações Antigas: Identificação e congelamento das Áreas Urbanas Consolidadas + medidas mitigadoras (temporalidade, risco, salubridade, revegetação, ..)

Ocupações Novas: Urbanização planejada, interrupção das ocupações ilegais: Poder de Polícia e Vigilância

Política de Educação Ambiental e valorização dos cursos d'água e espaços protegidos = integração do homem à natureza e **Poder de Polícia**



1972

1981

1993

2003

MAPA TEMÁTICO DE EVOLUÇÃO DE USO DO SOLO (1972, 1981, 1993, 2003)

- Convenções Temáticas**
- Edificado
 - Capoeira/Pastagem/Vazio
 - Cobertura Florestal

- Convenções Cartográficas**
- Hidrografia
 - Sistema Viário
 - Sub-Bacia do Ribeirão Fortaleza
 - Área 2



0 400 800 1600 metros

Fonte: Base Cartográfica Plantas Planialtimétricas 2003 escala 1:2000, Fotografias Aéreas 1972 escala 1:7500, e 1981, 1993 e 2003 escala 1:8000 (Prefeitura Municipal de Blumenau)
Elaborado por Danielle Scolaro, julho 2009

Micro-bacia de Blumenau:
Fonte: Sandra Momm Furb-SC

Planejamento Urbano e Rural

Planejamento Rural: (agricultura sustentável)

- **Compensações Ambientais** por restrição de área
- **Culturas Alternativas e Manejo Agroflorestal Sustentável**, fontes alternativas de renda
- **Foco na Preservação do Recurso Hídrico**
- **Fiscalização Ambiental**

(Estado 5º produtor em alimento, 19º ou 20º em Extensão Territorial)



Regularização das APPs Urbanas
Enunciados do Seminário MP/SC 25/09/2007

Alternativas para minimizar e remediar os conflitos legislativos nos limites da legislação vigente

Política Ambiental Municipal

Diagnóstico sócio-ambiental

- Temporalidade e situação sanitária das construções
- Definição: áreas de risco, interesse ambiental relevante, utilidade pública e interesse social

Planejamento (Medidas mitigadoras)

Agroindústria Medida se deve à queda das exportações e falta de infraestrutura, como no abastecimento de água.

Aurora fecha frigorífico e demite 200 em Joaçaba

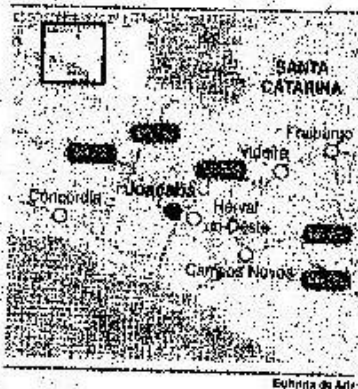
Joaçaba

FRANCINE CAPORE

O frigorífico da Coopercentral Aurora, em Joaçaba, no Meio-Oeste catarinense, vai fechar as portas a partir da próxima semana. A medida será anunciada na manhã de hoje pela diretoria aos cerca de 200 funcionários que perderão seus empregos.

Segundo o presidente da Aurora, Mário Lanznaster, o fechamento da unidade é irreversível. Em entrevista à Rádio Catarinense, Lanznaster disse que as atividades serão paralisadas em função da queda das exportações de carne suína e pela falta de infraestrutura da unidade. O frigorífico enfrenta problemas com a falta de água.

— Se alguém quiser fazer um mate, passa vontade, porque não tem água nem para isso. Enfrentamos muitos problemas com os clientes — assegurou.



Para a empresa, é mais viável transportar os animais até Chapecó, abatê-los e industrializar as carcaças do que manter a unidade de Joaçaba em funcionamento, Lanznaster disse, que a reativação só ocorrerá depois que o mercado de carnes se regularizar. Mesmo assim, altos investimentos deverão ser feitos no Meio-Oeste.

— Será preciso investir em salas de corte, apreensão de poelgas, em áreas de água e frio para retomar as ati-

vidades. Mas isso só ocorrerá depois que a crise passar, daqui a um, dois, três anos — contou o presidente.

O diretor administrativo da Aurora, Marcos Zordan, confirmou que a agroindústria tem um projeto de reforma da unidade de Joaçaba. Zordan disse que a empresa deve aproveitar a atual conjuntura para paralisar as atividades e fazer as mudanças necessárias.

— O frigorífico está subutilizado.

Ele afirmou que a unidade é utilizada como abatedouro e produção de carcaças.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Catarina, Miguel Padilha, disse que a entidade vai participar de uma reunião que será realizada, hoje, em Joaçaba, a respeito da unidade da Aurora. Mas ele não tinha informações sobre possíveis demissões.

francine.caipora@diano.com.br

* Colaborou Darcí Debona



Presidente da União Brasileira de Avicultura, Ariel Mendes, faz reivindicações

Avicultura quer mais crédito

Chapecó

DARCÍ DEBONA

Mais crédito para superar a crise. Esta é uma das reivindicações do setor agroindustrial, apresentada no 10º Simpósio Brasil Sul de Avicultura, que encerra hoje em Chapecó.

O evento, promovido pelo Núcleo Oeste dos Médicos Veterinários, reúne desde terça-feira cerca de mil profissionais e lideranças. O presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA), Ariel Mendes, que participou da abertura do evento, está recolhendo reivindicações para apresentá-las

ao governo federal. Mendes disse que o dinheiro liberado até agora não está chegando às empresas.

Isso é um problema para o setor que enfrenta queda nas exportações de 50 mil toneladas por mês e escassez de crédito internacional para realizar as vendas externas.

— O setor merece atenção pois emprega mais que a indústria automobilística — afirmou Mendes, ao citar que o setor gera 5 milhões de empregos diretos e indiretos.

Ele destacou que as agroindústrias estão se adaptando à redução das exportações, provocada por uma retração em alguns mercados, devido à falta de crédito internacional.



FIM